

CONSUN DECIDE: FIM DA MAXIMIZAÇÃO ENQUADRAMENTO DE TODOS OS REPRESADOS

DECISÃO AINDA DEVE PASSAR PELO CONSAD

Na sessão ordinária de 1/12, o Conselho Universitário (Consun) dedicou a maior parte de sua pauta para debater a proposta da Comissão de Revisão do Contrato Docente, cuja exposição foi feita pelo professor Fabio Gallo na sessão anterior. O último encaminhamento foi pelo fim da maximização, que já foi prorrogada três vezes, e pelo enquadramento de todos os represados, professores que, embora com condições de progredir ou ingressar na carreira, permanecem por vários anos em uma mesma situação, bem como os dos professores com período probatório vencido.

Os diretores e representantes de faculdade logo de início começaram a relatar as avaliações que os professores de suas unidades fizeram sobre a proposta da



Acima o momento em que o Consun votava o fim da maximização; ao lado a diretora da APROPUC Victoria Weischtordt

Comissão. A maioria das avaliações faziam críticas a diversos aspectos da proposta, mas em particular à ideia de instituição da chamada hora/aula, a permanência da maximização como patamar mínimo e a mistura de temas como carreira e contrato de trabalho, que deveriam ser discutidos separadamente.

O reitor Dirceu de Mello lembrou que o prazo de vigência da prorrogação da maximização expirou em 26/11, o mesmo acontecendo com a prorrogação do prazo que represa os professores, que expirou em 19/11.

Continua na página 3



EDITORIAL

O que revela a ocupação militar de favelas do Rio de Janeiro?

Não poderíamos deixar de nos pronunciar sobre o conflito armado nas favelas do complexo da Penha e do Alemão. Passada a operação policial-militar, que deixou um saldo de mais de 50 mortos e inúmeros feridos, o lbope divulgou uma pesquisa de opinião que mostrou apoio da população do Rio de Janeiro.

Os meios de comunicação foram colocados inteiramente a serviço da propaganda policial e governamental de que se tratava de uma guerra contra o tráfico, as drogas e sobretudo contra o controle do crime organizado sobre as populações das favelas. Não houve apenas uma ocupação armada dos locais sitiados pelos traficantes. Houve também uma ocupação ideológica do cérebro da população. Um batalhão de jornalistas, cinegrafistas, comentaristas e "especialistas" se movimentou ininterruptamente para cobrir a vitória da ordem e da justiça contra a anarquia criminosa.

A expulsão dos traficantes da Penha para o Alemão e deste para a Rocinha foi saudado como vitória militar e política. Esperava-se uma dura e tenaz resistência. Afinal, temos em mente que os traficantes constituíram um exército bem armado. Nada assim foi demonstrado. Segundo imagens e exhibições da polícia, os membros do temido Comando Vermelho e do Amigo do Amigo se debandaram deixando para trás um arsenal e toneladas de drogas.

O saldo de cerca de 50 mortos, no final das contas, não foi tão trágico como poderia ser caso as quadrilhas decidissem resistir. Não houve uma só baixa no efetivo policial. De forma que pararam os arrastões e incêndios de veículos - método usado pelo tráfico como resposta às UPPs e aos prejuízos comerciais com o cerco à venda de drogas - e as cidadelas do narcotráfico da Penha e do Alemão caíram.

O secretário de Segurança do Rio, o governador e o presidente da República exaltaram a vitória do Estado, como se fosse de fato uma guerra com forças opostas. No entanto, a ocupação policial e militar não fez senão ressaltar em tons dramáticos a barbárie social. O narcotráfico mergulhou nas camadas mais po-

bres e famintas dos centros urbanos. As drogas ganharam estrutura de uma mercadoria cara, cujos principais consumidores são os mais abastados. Os traficantes saíram e continuam a sair do seio dos miseráveis. São uns desgraçados que nada podem esperar da vida.

Ocorre que a poderosa cidadela do narcotráfico não se encontra nas favelas, mas nos bairros luxuosos da burguesia. Não se pode movimentar mais de 500 bilhões de dólares no mundo sem que haja uma fração capitalista narcotraficante. Essa está protegida pelos bancos, autoridades e justiça. Sem dúvida, os chefes que saem do fundo da miséria acabam sendo incorporados à fração burguesa do narcotráfico. Mas a imensa maioria dos jovens ingressantes no crime é testemunha viva da opressão social a que estão submetidos desde o nascimento.

A ocupação das favelas e a vasculhação casa a casa colocaram toda a população sob a ação repressiva numa clara violação das liberdades democráticas. Todos são suspeitos de colaborar com o narcotráfico. E, de fato, as massas miseráveis inevitavelmente abrigam os traficantes que saíram de seu ventre. Assim, a melhor forma do Estado reprimir o tráfico é reprimir os moradores. As mortes de pessoas não traficantes não passam de efeitos colaterais. Notamos que tudo foi feito para ocultar a procedência das mortes e dos mortos. A hipocrisia dos direitos humanos não teve vez. O silêncio tem sido sepulcral.

A ilusão de que agora o narcotráfico começou a ser erradicado das favelas do Rio de Janeiro mal esconde suas raízes comerciais, que se encontram no capitalismo putrefato. A tese de que responsabilizar a miséria por todos os males é uma escusa para não combater o crime não se sustenta. Erradique-se a pobreza e eleve-se o nível cultural das massas, acabe-se com a exploração do homem pelo homem e então esta não encontrará terreno para vicejar, e desaparecerá.

Diretoria Executiva da
APROPUC

Posicionamento dos professores de Economia sobre o contrato de trabalho

Em reunião realizada pelo Colegiado do Departamento de Economia, em 29 de novembro de 2010, cuja pauta era a análise da proposta de alteração do contrato de trabalho e do plano de carreira docentes, os professores reunidos deliberaram o seguinte:

1. a proposta, de uma maneira geral, carece de clareza e de explicações mais detalhadas que permitam uma avaliação cuidadosa pelo corpo docente desta Universidade;

2. além disso, a referida proposta está sendo apresentada no final do semestre letivo, o que não garante o tempo necessário para uma discussão aprofundada dos diversos aspectos relacionados ao assunto em pauta, bem como das possíveis repercussões das medidas propostas;

3. o Departamento de Economia se posiciona contra a institucionalização da maximização dos contratos de trabalho docentes, bem como contra

a prorrogação, por prazo indeterminado, da maximização, que será analisada na reunião do Consun, em 01 de dezembro de 2010;

4. os professores do Departamento de Economia entendem que as atuais condições do contrato de trabalho docente praticadas na PUC-SP, colocam em risco a qualidade do trabalho acadêmico desenvolvido pela Universidade, comprometendo, especialmente, a integração ensino, pesquisa e extensão. Além disso, essas condições de trabalho comprometem as diretrizes estabelecidas no Plano Acadêmico do Departamento de Economia da PUC-SP;

5. e, por fim, pelas razões acima expostas, os professores do Departamento de Economia consideram que a proposta da referida Comissão não deve ser aceita da forma que foi apresentada.

Colegiado do Departamento de Economia da PUC-SP

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Editor: Valdir Mengardo
Reportagem: Victor Sousa, Caio R. Zinet e Marina D'Aquino

Afapuc: Rua Cardoso de Almeida 990 – Sala CA 02 – Fone: 3670-8208.

Fotografia: Luana Lila
Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

PUCViva: 3670-8004 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas, Lúcio Flávio R. de Almeida e Victoria C. Weischardt

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

FIM DA MAXIMIZAÇÃO

ENQUADRAMENTO DE TODOS OS REPRESADOS

continuação da capa

REPRESADOS E MAXIMIZAÇÃO

O professor Marcos Mazetto, representante docente da Faculdade de Educação, abriu as falas, lembrando que neste momento seria prioritário o enquadramento de todos os represados e que as questões relativas a contrato e a própria maximização precisariam ser estudadas com mais cuidado, uma vez que a proposta apresentada continha várias lacunas que precisavam ser aprofundadas.

Os pronunciamentos posteriores foram por esta mesma linha ressaltando a urgência do fim do represamento. Quanto às novas normas que regeriam os contratos, a proposta que começava a ganhar a simpatia dos conselheiros encaminhava para o estudo do tema por mais três meses.

A professora Margarida Limena, diretora da Faculdade de Ciências Sociais, lembrou que, caso esta proposta fosse aprovada, corria-se o risco de, mais uma vez, prorrogar-se a maximização. A professora colocou então claramente a proposta de fim da maximização, retornando-se provisoriamente ao uso normal da deliberação 65/78, que poderia, em alguns casos, ser flexibilizada.

O resultado final da votação indicou a aprovação do fim da maximização, com 17 votos a favor, 11 abstenções (incluindo a do reitor que invocou a sua condição de participante tanto do Consun como do Consad) e um voto contra

(o do professor Vidal Serrano, representante da Fundação São Paulo no Consun). Já o enquadramento imediato dos represados obteve 22 votos a favor, nenhum voto contra e 7 abstenções. A formação da Comissão para sistematizar um novo contrato de trabalho foi aprovada por unanimidade e terá até março para terminar sua proposta.

FALA DA APROPUC

A professora Victória Weischtordt pediu a palavra e leu a carta aberta que os professores aprovaram na assembleia geral realizada na APROPUC, em 24/11.

Segundo a carta, "a proposta (da comissão de Revisão de Contrato) é danosa aos interesses dos professores, uma vez que, ao invés de solucionar o problema surgido com a maximização da deliberação 65/78, aprofunda os prejuízos que os docentes, desde 2006, vêm sofrendo com a redução de contratos para muitos e a ampliação da carga de trabalho para a maioria. A nova proposta incorpora a maximização (que expirou em 26/11) aos contratos docentes". Sobre a questão da hora/aula, os professores em assembleia entenderam que "uma das conquistas dos professores da PUC-SP foi a criação de contratos por tempo. No entanto, a proposta da Comissão defende a sistemática da hora/aula. Os professores são frontalmente contra este retrocesso, pois entendem que ele abre caminho para o fim do contrato por tempo, desconfigurando assim

o sentido da docência" (leia a íntegra da carta na página da APROPUC, no endereço eletrônico www.apropucsp.org.br/apropuc/index.php/puc-em-movimento/3354-carta-aberta-ao-consun).

RESPOSTAS AS CRÍTICAS

O professor Fabio Gallo, que presidiu os trabalhos da Comissão de Revisão rebateu as críticas formuladas pelos conselheiros, principalmente a que dizia respeito à retomada da hora/aula. Para o docente em nenhum momento a Comissão propôs a volta da hora/aula, nem mesmo em situações especiais.

A conselheira Maria Amália, no entanto, citou um dos parágrafos do texto da proposta que poderia conduzir a tal conclusão. O texto, em seu ponto 2 propõe "Criação de Regime de Trabalho para Docentes Horistas, para atender a demanda de áreas epistemológicas que tenham necessidade de contar com profissionais ligados à sua área". Mesmo assim o professor insistiu que este ponto não levaria necessariamente à adoção da chamada

hora/aula.

Outro questionamento do professor referiu-se à falta de oportunidade de ir à APROPUC para explicar o plano, o que, segundo a diretoria, só não aconteceu por impossibilidade do professor, já que a diretoria o convidou diversas vezes para discutir as propostas. Além disso, a assembleia convocada para tal fim é aberta a todos os professores.

CONSAD

A proposta ainda deverá passar pela discussão no Conselho de Administração (Consad) que possui dois votos da Fundação São Paulo e um da Reitoria. Sintomaticamente o único voto contrário ao fim da maximização foi o do professor Vidal Serrano, representante da Fundação.

O Consad reúne-se neste mês nos dias 8 e 17, na sala P-65, às 9h. Dessa maneira torna-se importante que nas próximas sessões os conselheiros do Consun, bem como os professores de um modo geral, assistam ao Conselho, pois estará em jogo o seu contrato de trabalho.

O que é maximização

Em 2006, no auge da crise financeira que acarretou na dispensa de mais de 1000 trabalhadores da PUC-SP, o Consun aumentou as cargas de aulas por contrato dos docentes, utilizando-se do limite máximo da deliberação 65/78 para com isso obter uma redução da folha de pagamento.

A deliberação 65/78, que rege os contratos docentes, estipula limites máximos e mínimos para cada faixa contratual. Um professor poderá ter contrato de tempo integral se

perfazer entre 15 e 18 horas em sala de aula. Com a maximização o limite mínimo desapareceu e só vale a faixa maior (ou seja, 18 horas para tempo integral).

A ideia é que a maximização tivesse caráter provisório, funcionando até o final de 2007 quando uma alternativa seria colocada em seu lugar. Porém, por três anos consecutivos ela foi prorrogada, com todos os efeitos danosos sobre o desempenho acadêmico dos docentes da PUC-SP.

Professora Margarida Limena analisa a decisão do Consun

Autora da proposta no Consun que reduziu no fim da maximização, a professora Maria Margarida Limena é nossa entrevistada dessa semana debatendo as possíveis consequências que o final da maximização pode ter para a universidade.

DECISÃO DO CONSUN

Creio que foi uma medida acertada porque não poderíamos continuar com uma proposta que foi apresentada como emergencial e transitória, e hoje já tem cinco anos. Por várias vezes pedimos aos conselheiros, um demonstrativo sobre os impactos que essa medida poderia causar, e não fomos atendidos. Acho que é uma decisão importante para todos os professores, visto que todos se ressentem de condições de contrato de trabalho que continuam penalizando mais alguns do que outros. Foi detectado na reunião dos diretores com o comitê do RH que a maximização possui inúmeras distorções. A decisão valeu pelo Consun do ano todo.

Como co-gestora desta universidade, acho que devemos levar em consideração tanto aquilo que diz respeito ao professor, quanto à administração da universidade. O fim da maximização não deve significar um ônus muito elevado para a universidade, porque isso poderá nos inviabilizar. No entanto, acho que a 65/78 possui pontos que podem ser aproveitados pois, na realidade, trabalha com intervalos e não com aquilo que víamos até hoje, onde se faltasse um crédito ao professor ele teria seu contrato reduzido, ain-

da que sobrassem horas de outras atividades. Poderemos trabalhar na perspectiva de flexibilização, ninguém quer inviabilizar a instituição.

UNIDADE DE TRABALHO DOCENTE

A tabela que aparece na proposta piora a situação da maximização, não podemos reduzir a atividade do professor em sala de aula, não podemos ter contrato idêntico desde auxiliar de ensino até titular, pois a diferenciação de funções começa a ser mais evidente a partir do nível doutor. Não faz o menor sentido ter os mesmos 18 créditos para auxiliar de ensino, mestre e doutor, porque, assistente doutor dá aula na pós-graduação e na graduação. Isso significa que o professor tem que responder tanto aos critérios internos nossos, quanto às exigências da CAPES. Ele tem que produzir uma série de coisas que com essa carga de horas realmente acaba inviabilizando sua função. Deveríamos ter outra forma para compor o contrato de professor que contemple os trabalhos efetivamente realizados e ele não seja prejudicado com isso. Essa tabela está institucionalizando a maximização.

Particpei da comissão que elaborou Estatuto e Regimento, e nós partimos de um patamar de qualidade para garantir nossa excelência. Quando pensamos a primeira tabela, elaborada pelo Consun e modificada pela Fundação, pensamos numa tabela que tivesse configuração piramidal, que priorizasse os diferentes níveis da carreira. Porém ela foi rejeitada pela Fundação.

Tivemos uma conversa com D. Odilo para discutir as modificações do Regimento e do Es-

tatuto e conseguimos acordar com ele várias alterações que não dependiam de mudanças estatutárias. Mas isso não foi para frente e não tivemos mais informações sobre essas mudanças. Através de deliberações podemos mudar algumas coisas, sem prejuízo do regimento.

Em relação à tabela proposta pela Fundação, acredito que ela desestimula a carreira, porque o professor fica 3, 4, 5 anos cumprindo período probatório que é postergado sucessivamente e não tem condições de acesso à carreira. Quando consegue ascender entra numa tabela que é menor do que antiga, gerando uma série de distorções, pois para trabalho igual você tem que pagar salário igual.

Defendo uma proposta de manutenção da estrutura piramidal, mas cujo topo tenha um número menor de titulares e associados, e no plano acadêmico devemos ter uma composição mais flexível para o número de mestres e doutores, deixando para as unidades determinarem o número de auxiliares de ensino ideal, pois isso varia muito de área para área.

EXEQUIBILIDADE DAS PROPOSTAS

O fim do represamento eu acho exequível e acho que podemos reduzir despesas em outras áreas da universidade, porque é absolutamente justo fazer isso para os professores que esperam há muito tempo. Em relação à maximização tenho clareza absoluta que esta é uma questão a ser analisada pelo Consad, não saberia dizer se ela é exequível ou não, porque até hoje não sei quanto economizamos com a maximização. Esses números não chegaram até nós. Mas do

ponto de vista político foi importante que nós tenhamos decidido que a maximização chegou ao fim.

Colocando-me na pele da Fundação não saberia responder se daria para aprovar a proposta sem maiores estudos. O conselheiro Vidal Serrano, ao votar contra a proposta, exerceu seu papel de representante da Fundação, analisando aquilo que poderia resultar como prejuízo à universidade. No entanto, não sei se isso poderia se constituir num retrocesso, mas gostaria que o Consad abrisse a possibilidade de discussão do problema, sem ter que recorrer novamente à maximização. Uma das questões preocupantes nesta proposta é aquela que atrela uma avaliação da carreira docente ao contrato em si. O contrato deve ter níveis salariais diferentes para funções distintas na carreira, só que isso não pode estar atrelado ao processo de avaliação contínua.

Se o professor não está correspondendo às atribuições da carreira ele deve ser enquadrado, mas isso não tem nada a ver com o contrato de trabalho. Não precisamos penalizar a folha de pagamento em detrimento de outras coisas, o que faz falta à universidade é um planejamento, a última vez que se falou nisso foi no início da gestão da professora Maura Verás. O que vemos hoje é a administração cotidiana sem metas a cumprir, sem pensar um pouco em qual universidade estamos construindo. Uma coisa é o desejo que temos de manter a nossa marca característica, outra coisa é a possibilidade de existência de propostas alternativas, que por hora não estão aparecendo, mas para as quais nós precisaríamos de planejamento.

A pergunta que não quer calar: Por que os funcionários administrativos estão saindo da PUC-SP?

Andrea Melo

A explicação de alguns gestores é risível: *um não viu nada, não ouviu nada, não sabe de nada*. Parece o presidente Lula. Outro diz que *ganhamos bolsa, estudamos aqui e partimos para o mercado de trabalho que oferece condições mais vantajosas*. Até faz sentido se fizermos uma análise do perfil das chefias: grande parte está na PUC-SP há décadas e sequer concluiu curso de graduação.

Não que isso seja demérito, mas é como o gestor afirmou: os que estudam, se profissionalizam, capacitam-se, não tem chance de progressão na carreira e acabam procurando *condição melhor lá fora*. Os acomodados ficam por aqui - não se exige nada deles mesmo, então para que habilitar-se? Eu, que completei 14 anos de PUC-SP optei por trajetória diferente: fiz graduação, me tornei advogada, fiz mestrado e agora estou na etapa final do doutorado. Aliás, poderia já defender minha tese este ano e solicitei antecipação em 14 dias e tive meu pedido indeferido. A maioria pede antecipação por seis meses e consegue; pedem prorrogação de prazo por seis meses e também conseguem.

Eu peço antecipação de 14 dias e não consigo. Coisas de PUC-SP. Então vejamos bem, sou advogada, mestre, 'quase' doutora e professora universitária (tudo isso fora da PUC-SP, é claro). Aqui sou apenas

Analista Acadêmica (?) há mais de 10 anos. Alguma perspectiva na carreira? Nenhuma. Perdi a conta dos inúmeros cursos, treinamentos e capacitações dos quais participei. A Universidade investiu muito em mim e até acredito que tenho algum potencial - só não posso exercê-lo, pois não me dão oportunidade para isso. Mas, o que faz uma Analista Acadêmica, afinal?

Demorei muito para descobrir as limitações dessa função, pois sempre fui muito propositiva, cheia de ideias, sugestões, planos. Sempre estive envolvida nas questões da Universidade: grupos de trabalho, projetos, conselhos, comissões etc. Mas agora, finalmente, descobri o que é uma Analista: chego, bato cartão de ponto, ligo o computador e espero que alguém me peça algo. Se pedem, faço. Se não pedem, não faço. Simples assim. Ser propositiva, cheia de ideias, projetos, sugestões, ações? Não mais. Para que? Para quem?

Recentemente me ligaram do RH perguntando se gostaria de participar de processo seletivo para a Assessoria Jurídica. Indaguei: *há perspectiva de aumento salarial? Não. É de progressão na carreira? Não.* Agradei e declinei. Mudar para um setor perigoso e ficar estagnada na carreira só para ser chamada de 'doutora'? Não, muito obrigada. Quem sabe se eu fosse mais vaidosa...

Melhor ser Analista e guardar meu potencial para as atividades que exerço lá

fora. Afinal, não é para isso que a Universidade investe na gente? Mas não sejamos injustos não é mesmo?! Alguns setores puderam fazer os reenquadramentos e até promoções. Não para todos os funcionários lotados no setor, apenas para alguns. Qual foi o critério? Não tenho a menor ideia, mas acredito que seja algo como aquele ditado que diz "*para os amigos tudo, para os inimigos a Lei*".

O processo da Consulteg, por exemplo, jaz há quase dois anos em alguma mesa. Claro que envidamos todos os esforços possíveis para regularizar a situação funcional do setor. As promessas foram inúmeras, mas nenhuma ação concreta: nosso pedido 'descansa em paz' em alguma gaveta. Enfim, talvez seja menos dolorido buscar lá fora o que aqui nos é constantemente negado: reconhecimento, respeito, *condições mais vantajosas*. Ou completar 50 anos de casa para ser recompensada com o 14º salário!

O PODER

O poder pode ser uma coisa perigosa nas mãos dos despreparados: torna-os arrogantes. Mas o poder é efêmero, passageiro. Troca de mãos com muita rapidez: vejam que já se vai metade do mandato do atual reitor, lá se vai o mandato do presidente Lula, da ex-ministra Dilma. A vida é assim: um dia estamos do lado de cá da mesa; no outro dia, podemos estar do outro lado. Ou não. Também podemos buscar coisa melhor lá fora.

Deixo como reflexão, alguns trechos de Margarida Barreto ¹:

Citando Spinoza: *..toda e qualquer situação, ou condição, que restringe e sufoca o ser, limitando (su)a capacidade de criar, de ser livre, refletir e agir, afeta o ser humano como um todo, sendo necessário mobilizar intensamente o desejo ou o apetite para afastar o que o faz padecer (fl. 70).*

As relações que se constituem na negação do outro e se sustentam no autoritarismo e na intolerância, em desconfiança e medo, não podem ser geradoras de alegria e respeito mútuo, mas de infelicidade e doenças, de submissão e passividade, enfim, de impotência para refletir, criar e agir. (fl. 168)

De alguma forma, todos adoecem e enlouquecem nesse ambiente perverso e degradado (fl. 198).

Não ser reconhecido e respeitado torna-se devastador, na medida em que fere a dignidade e a identidade individual. Nas relações autoritárias, que submetem e inferiorizam, exigem e não reconhecem o outro como legítimo outro na convivência, a saúde é abalada, a doença se precipita, se adianta, se acentua e se instala. Manifestam-se distúrbios e danos psíquicos variados, que podem alterar as condutas e modificar a personalidade. (fls. 91/192)

(1) *Violência, Saúde e Trabalho (uma jornada de humilhações)*. São Paulo: EDUC, 2003.

GAUCHE NA VIDA

Uzalemão, uzerói e os otários

Sérgio Domingues

Os traficantes de drogas no Rio de Janeiro costumam chamar seus inimigos de "alemão". Dizem que o costume vem dos filmes de guerra americanos, em que os vilões eram sempre os soldados alemães.

Os garotos das comunidades pobres cariocas assistiam à TV. Depois, brincavam de tiroteio pelas ruelas. De um lado, "uzalemão". Do outro, "uzerói". Eram John Wayne, Robert Mitchum, Gregory Peck. Depois, Stallone, Schwarzenegger, Bruce

Willis. Mais recentemente, é o capitão Nascimento.

A TV também ensinou que para conquistar respeito nada como roupas bonitas, tênis de marca e uma arma na cintura. O caminho mais curto para conquistar tudo isso não era a escola. Muito menos um emprego. Coisa pra otários como seus pais, que trabalhavam muito por uma miséria e ainda eram humilhados por seus patrões brancos.

O comércio ilegal de drogas era a resposta. Ofício bem pago, com direito a esculachar uns playboys de vez em quando. Eles até sabiam que sua vida

seria curta. Mas, antes conta de que também fazem papel de otário. A parte do leão desse comércio lucrativo fica bem longe de suas mansões improvisadas no meio dos morros.

Toda essa lógica serve para justificar uma política de segurança pública na base do banguê-banguê. Milhões assistem pela TV a execução e prisão de gente pobre e negra. Vibram como se assistissem a filmes de ação. Multidões de otários ligados nos telejornais, vendo os heróis massacrando outros otários. Muitos deles, seus próprios vizinhos e parentes. Os verdadeiros alemães

sorriem, confortáveis em seus gabinetes e escritórios.

Publicado originalmente em <http://pilulas-diarias.blogspot.com>.

Sérgio Dominguez é Militante social e partidário (PSOL). Membro do coletivo Revolutas e Sociólogo.

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana, de preferência no plano internacional. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.

Carta aberta do grupo Rugido do Leão contra as propostas de revisão do contrato docente

Uma comissão formada no Consun elaborou uma proposta com o objetivo de "solucionar" problemas no quadro de professores, por exemplo:

A maximização e o grande número de horas/aula ministradas, prejudicam a pesquisa acadêmica e o preparo das aulas;

Os professores repressados - situação de contratos em estágios probatórios, que não são oficializados; uma vez que os professores ao final de tais contratos são demitidos e recontratados na mesma situação.

Tabelas distintas de pagamento: existem qua-

tro tabelas salariais remunerando professores de mesmo nível de instrução diferentemente.

A proposta da comissão, enviada através de slides por e-mail, é desconexa e pouco clara; mostrando o descaso da universidade acerca dos problemas acadêmicos. Além disso, os professores tiveram apenas duas semanas para discutir a proposta.

O Departamento de Economia se reuniu na segunda-feira, dia 29/11, com a presença de um representante do Movimento, e por unanimidade os professores rejeitaram a proposta. Alegan-

do que a falta de tempo para debater a proposta bem como a falta de clareza não deixavam outra solução a não ser a de recusar a proposta.

É nesse contexto que, nós estudantes de Economia da PUC-SP, defendemos que a FUNDASP e a reitoria se proponham a discutir com responsabilidade a questão e apresentem uma proposta que contemple de maneira justa os problemas dos professores, em defesa da qualidade de ensino. Portanto, ressaltamos que a defesa da qualidade de ensino está diretamente ligada ao tratamento com os professores.

O Rugido do Leão está

ao lado dos professores nesta questão. Convidamos todos os estudantes da FEA a dizer não à maximização e à precarização do ensino da PUC-SP na reunião do Conselho Universitário (CONSUN). Nesta quarta-feira (1/12), às 9h, os estudantes e os professores continuarão lutando em nome da qualidade acadêmica em nossa universidade. Contra os contratos por hora/aula e a consequente desvalorização do corpo docente, anunciamos: o Leão precisa rugir em nome de seu próprio diploma!

Grupo Rugido de Leão (FEA)

MOVIMENTOS SOCIAIS

Tribunal Popular debate sistema prisional

O seminário *Encarceramento em massa: símbolo do Estado Penal* acontecerá nos dias 7, 8 e 9/12, na Faculdade de Direito USP, no Largo São Francisco. O evento, organizado pelo Tribunal Popular e com apoio da APROPUC, irá debater a questão carcerária no Brasil e a criminalização da pobreza.

"O Brasil é hoje um dos países com a maior população carcerária do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e da China. As prisões brasileiras

são famosas no mundo inteiro pelo terror, as torturas, os maus-tratos, enfim, as brutais violações dos direitos humanos dos presos e de seus familiares. Além disso, a clientela preferencial do sistema prisional brasileiro são os jovens, principalmente os negros, moradores das áreas urbanas pobres do país. As prisões brasileiras são, na verdade, uma metáfora da versão brasileira do apartheid, enquanto o sistema de justiça penal funciona como o instru-

mento de sua legitimação", diz o texto da organização.

Para conferir a programação completa do seminário, acesse a página virtual da APROPUC, www.apropucsp.org.br.

A organização do evento é do Tribunal Popular: o Estado Brasileiro no Banco de Réus, com apoio da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Associação de Juízes Pela Democracia, Pastoral Carcerária, Conselho Regional de Psicologia e Núcleo SP da Abrapso.

Seminário debate bases militares estrangeiras

No dia 10/12, das 18h às 22h, na Câmara Municipal de São Paulo, será realizado o seminário sobre as *Bases Militares Estrangeiras na Região e Fronteiras*, organizado através da Campanha Continental Contra as Bases Militares.

Segundo os organizadores do evento, o objetivo é manter o diálogo na América Latina e acusar o imperialismo bélico estadounidense.

"A América Latina e Caribe são regiões de paz, onde as diferenças são resolvidas com base do diálogo entre seus membros. Não há justificativa para a existência de bases militares estrangeiras na região. Os problemas da América Latina e Caribe devem ser solucionados pelos Latinos Americanos e Caribe-

nhos", diz o texto do manifesto

Entre os temas a serem debatidos, estão a situação das bases militares americanas na Colômbia, os recentes golpes militares em Honduras e Equador, a presença de frotas navais da OTAN em águas do Atlântico Sul.

O evento também pretende prestar solidariedade ao povo do Haiti.

A Campanha Continental Contra as Bases Militares é composta pelas seguintes entidades: MST, CEBRAPAZ, Marcha Mundial das Mulheres, UNEGRO, UNE, UBES, CONAM, CTB, CUT, MAB, Rebrip, UBM, UJS, Via Campesina, Jubileu Sul Brasil, ANPJ, Grito Excluídos Continental, Rede Social e Consulta Popular.

UNESP realiza festival contra opressão

Nos dias 3 e 4/12 o Diretório Central dos Estudantes da UNESP realizou o I Festival InterUnesp Contra as Opressões, no campus Marília, no interior de São Paulo. O Festival é uma resposta ao "Rodeio das Gordas", quando estudantes foram vítimas de machismo e humilhações. Segundo nota do DCE, o objetivo é "demonstrar que os/as estudantes da UNESP não aceitarão calados/as a naturalização das opressões, e convocam a esta grande celebração da diversidade, com muita música, cultura e manifestações culturais". O festival contará com a presença de diversas bandas, intervenções artísticas, grupos de teatro e debates contra preconceito, machismo e homofobia.

Eduardo Leite recebe título de cidadão paulistano

No dia 7/12, Eduardo Leite, o Bacuri, receberá o título de cidadão paulistano. A cerimônia será realizada às 19h, na Plenária 1º de Maio, na Câmara Municipal de São Paulo (Viaduto Jacaré, nº 100). A iniciativa é dos vereadores Juliana Cardoso e Ítalo Cardoso.

Bacuri foi um dos maiores opositores do regime militar e foi cruelmente assassinado pela repressão. O caso da morte de Bacuri é emblemático porque na véspera de ser retirado do Depops para ser assassinado, os agentes repressores entregaram um exemplar da Folha da Tarde do dia seguinte, que noticiava sua morte "em roteiro".

Ele foi preso em agosto de 1970 e sofreu tortura por mais de 109 dias. A APROPUC escreveu uma moção em homenagem às filhas de Bacuri.

A DENIZE CRISPIM E EDUARDA

A APROPUC - Associação dos Professores da PUC-SP vem homenagear a memória de Eduardo Collen Leite, o Bacuri, que receberá neste dia 7/12 o título póstumo de Cidadão Paulistano. O título não devolverá a vida de um importante lutador contra a ditadura militar em nosso país, mas simboliza que não devemos nos esquecer de Bacuri e de todos os que foram presos, exilados, torturados e assassinados pelo Governo Brasileiro por lutarem contra a injustiça e a ditadura, e pelo socialismo. Pessoas como o Bacuri são exemplos para o povo brasileiro.

Atenciosamente
Diretoria da APROPUC

ROLA NA RAMPA

APROPUC completa 35 anos e presenteia os associados

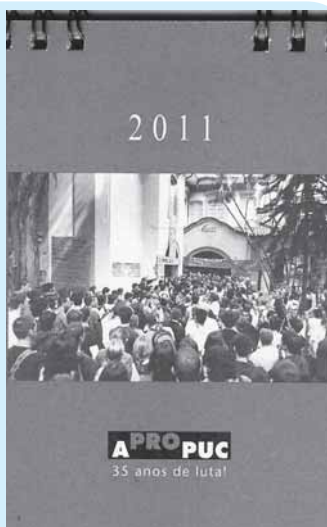
Em 2011, a Associação dos Professores da PUC-SP completa 35 anos de existência. Para comemorar a data, a entidade está enviando aos seus associados um kit com uma agenda, um calendário de parede e outro de mesa.

Tanto a agenda como os calendários são ilustrados com fotos dos momentos que marcaram a história da APROPUC e as lutas da sociedade brasileira nos últimos anos.

Na abertura da agenda, a diretoria da entidade manda

a seguinte mensagem aos professores: "Ao longo destes 35 anos, a APROPUC se deparou com muitos desafios e obteve inúmeras conquistas coletivas. Foram muitas as nossas vitórias. Em 2011 continuaremos nossa luta na defesa de nossos direitos e reivindicações, do Acordo Coletivo de Trabalho, do contrato de trabalho e de melhores condições de ensino, pesquisa e extensão".

O kit foi entregue aos vários departamentos da universidade e se encontra no escaninho de cada professor associado.



Capa da agenda da APROPUC

Promoção de Natal da AFAPUC

A tradicional venda de panetones da AFAPUC será realizada entre os dias 6 e 10/12, das 9h às 17h, na sede da entidade. Esse ano serão vendidos panetones Bauducco com desconto. Os associados têm desconto em 2 vezes na folha de pagamento a ser descontado nos meses de janeiro e fevereiro.

Serviço Social da PUC-SP debate estágio

Na segunda-feira, 29/11, aconteceu, na sede da AOPROPUC, o Seminário Temático sobre organização de redes sociais, organizado pela coordenação de estágios do curso de Serviço Social da PUC-SP. Na ocasião, os três segmentos interessados na questão, supervisores de estágio, supervisores acadêmicos e estagiários debateram a atual conjuntura do es-

tágio no Serviço Social e seu papel no mundo do trabalho. Para a professora Maria Socorro, do Departamento de Serviço Social, o evento foi satisfatório. "Os participantes avaliaram como interessantes as propostas e pretendem dar continuidade, realizando outros eventos com a participação dos três segmentos", comentou Socorro.

21 estudantes da USP ameaçados de expulsão

No dia 30/11, foi realizado um ato *Contra a Criminalização da Política da USP*. O objetivo do ato é repudiar a ameaça de eliminação definitiva que 21 estudantes estão sofrendo, decorrentes da ocupação da reitoria, em 2007, e pela retomada da moradia do CRUSP esse ano. Os estudantes respondem a processo administrativo por "praticar ato atentatório à moral ou aos bons costumes", "perturbar os traba-

lhos escolares e a administração da universidade" e "atentar contra a imagem da universidade". O decreto base da acusação é da Ditadura Militar. A organização do ato de repúdio é do Coletivo de Estudantes da USP e tem apoio da Adusp, Sintusp, DCE USP, UNE, UEE, DCE-UNESP e DCE Unicamp. Na ocasião, uma série de professores, estudantes e funcionários se posicionaram contrários às punições.

Retratos de Chico Buarque no Tuca

O Tuca promoverá no dia 9/12, a partir das 21 horas, um concerto em comemoração aos 45 anos do teatro. O maestro Roberto Sion, um dos nomes importantes da música instrumental brasileira con-

temporânea, e convidados apresentam um concerto com canções de Chico Buarque. Um resgate histórico do Tuca e da MPB. Os ingressos custam R\$20,00, e estudantes da PUC-SP pagam R\$10,00.

Estudantes organizam calourada unificada

Diversos centros acadêmicos e estudantes começaram no dia 2/12 os preparativos para uma calourada unificada no início de 2011. A intenção é receber os novos estudantes com festa, mas também mos-

trar desde o começo os problemas da universidade e como o movimento estudantil atua na PUC-SP. O *PUCviva* noticiará os desdobramentos das reuniões em suas próximas edições.

Ato repudia racismo na PUC-SP

Cerca de 150 estudantes realizaram no dia 26/11 na prainha um ato contra o preconceito e racismo na PUC-SP. O ato foi motivado pelo recente caso de racismo contra a estudante do quinto ano de direito, Meire Rose Moraes. A estudante foi ofendida numa lista de e-mails de sua sala por ser negra e bolsista do Proni. Além do ato, foram tomadas uma série de outras medidas, como o pedido formal à Direção da Faculdade de Direito e à reitoria para seja aberto um processo de sindicância para que sejam apurados os fatos. No Consun de 1/12 o reitor Dirceu de Mello anunciou a formação da sindicância. A APROPUC, centros acadêmi-

cos e o departamento de jornalismo se solidarizaram a Meire e escreveram moções de repúdio, solicitando que a agressão seja investigada para que casos como esse não voltem a acontecer. O preconceito contra estudantes do ProUni não é exclusividade da PUC-SP, recentemente foi noticiado que uma estudante de jornalismo da PUC de Campinas foi agredida em sala de aula por não possuir R\$17,00 para cobrir os custos do TCC. Segundo relato, a agressora gritava com a estudante, negra e prounista, "sua pobre, favelada, prostituta, biscate. E gritava que não ia sustentar a faculdade de ninguém."



Bia Abramides, presidente da APROPUC, faz fala durante ato ao lado da estudante Meire Rose Moraes, vítima de racismo na PUC-SP